

## TANCREDO NEVES (1910/1985)



Tancredo Neves acabou transformando-se na figura central da abertura política de 1985. Por se haver notabilizado como político moderado, nos quarenta anos que se seguiram à queda do Estado Novo, conseguiu unificar as várias vertentes da oposição aos governos militares pós-64, na medida em que se tornara patente a impossibilidade de serem realizadas eleições diretas. O projeto de abertura dos militares contemplava a hipótese de entrega do poder a político civil. Todas as providências foram tomadas no sentido de assegurar que sairia das hostes do partido oficial. Entretanto, no processo de indicação daquele que seria o candidato, firmava-se o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, personalidade que encontrava ampla rejeição na imprensa, nos meios políticos e no próprio partido governista. Aumentavam as chances de vitória da oposição, contando, ao que tudo indicava, com uma cisão entre os governistas. A escolha de Tancredo Neves serviu para desanuviar o ambiente. Os militares resignavam-se à solução oposicionista e o próprio Ernesto Geisel deu seu apoio à candidatura de Tancredo Neves.

Tancredo Neves pertencia a tradicional família mineira, radicada em São João del Rei. Formando-se em direito em 1932, dedicou-se à advocacia em sua cidade natal. Naquele decênio teve atuação na política local mas não chegou a alcançar maior notoriedade. Com o fim do Estado Novo, seria um dos fundadores do Partido Social Democrata (PSD), agremiação conservadora que teria papel decisivo ao longo do chamado interregno democrático (1945/1964). Afeiçoando-se inteiramente à prática democrática, daria nascedouro à política conciliadora, baseada na negociação e no reformismo moderado. Destoava da radicalização instaurada no país na década de cinquenta, quando o eixo da política girava em torno do confronto entre getulistas e anti-getulistas. Progressivamente, Tancredo Neves viria a destacar-se como uma de suas principais lideranças, primeiro em Minas e, mais tarde, no plano nacional. Elegeu-se deputado estadual e tornou-se líder da bancada de oposição ao governo, que se encontrava em mãos do partido contrário, a União Democrática Nacional (UDN).

O PSD conquistou o governo estadual no pleito de 1950, ocasião em que se dava a volta de Getúlio Vargas ao poder, desta vez pela via eleitoral. Nessas eleições, Tancredo Neves ganharia o seu primeiro mandato como deputado federal.

A oportunidade para projetá-lo nacionalmente viria com a nomeação para o Ministério da Justiça em junho de 1953. A nomeação para esse posto equivalia a colocá-lo no centro da monumental crise política vivida pelo país.

Quando assume o Ministério, o desgaste de Vargas encontrava-se no auge. Embora tivesse procurado interessar o país no programa

de industrialização e lhe tenha cabido --com à criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos-- dar-lhe formulação acabada, não teria sucesso maior. Nos meados de 1953, a oposição conseguiu criar na Câmara uma Comissão Parlamentar de Inquérito em torno da organização de jornal governista --**Última Hora**-- com recursos que se suspeitava fossem provenientes do Banco do Brasil e apoio de organizações dos industriais. O inquérito descambou para a vida pessoal do diretor do jornal. O líder do partido da oposição (UDN), Carlos Lacerda, não dava tréguas e tratava de atribuir ao evento dimensões e significado de que, na verdade, não se revestia. Mas o certo é que ia isolando o governo da opinião pública.

No começo do ano seguinte, um grupo de coronéis do Exército impõe o afastamento do Ministro do Trabalho (João Goulart). A crise chega ao seu auge em agosto daquele ano, em face da tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, de que resultou a morte de um oficial da Aeronáutica.

Responsável pela manutenção da ordem pública, Tancredo Neves agiu com a maior rapidez a fim de evidenciar perante a Nação que o governo era o primeiro interessado em apurar a verdade dos fatos. Coube justamente à Comissão de Inquérito, que organizou, evidenciar a participação, no atentado, de elementos da guarda pessoal do Presidente. Em face dessa revelação, exigiu e obteve de Vargas a dissolução da incriminada guarda pessoal. Acontece que a oposição não estava disposta a ver-se privada da devida exploração do incidente, certa de que lhe permitiria avançar no isolamento do governo. Assim, a Aeronáutica criou uma comissão própria de investigação que logo tratou de envolver um dos filhos do Presidente, Lutero Vargas, que dispunha de imunidade, na condição de deputado federal. O Ministro da Justiça obrigou-o a abdicar dessa prerrogativa e aceitar a convocação para depor no inquérito militar. Contudo, essas sucessivas concessões não tiveram qualquer efeito.

No dia 21 de agosto começa a orquestração para impor a renúncia de Vargas. Começa por uma proposta do vice-presidente, Café Filho, de renúncia conjunta. Tancredo identifica nessa proposição que se tornara parte da conspiração e aconselha o Presidente a recusá-la. Em revide, brigadeiros, reunidos no Clube de Aeronáutica, apresentam a mesma exigência (renúncia de Vargas). Tancredo acreditava que se o governo tivesse então manifestado a sua autoridade, prendendo os insurretos, reverteria a situação. Assim não entendeu o Ministro da Guerra. O certo é que, no dia 23 seria a vez dos almirantes se manifestarem no mesmo sentido. Por fim, no dia seguinte (24) é dado a conhecer que 37 dos oitenta generais lotados no Distrito Federal aderiram àquela postulação.

Mais uma concessão liminarmente recusada: Vargas concorda em licenciar-se até a apuração final dos fatos. Generais reunidos no Ministério da Guerra decidem que o afastamento deve ser definitivo. Vargas comete suicídio levando o país a comoção monumental que poderia levar o país à guerra civil não fosse a

disposição do PSD de deixar claro não iria tirar partido da situação.

Tancredo Neves esteve à frente do Ministério da Justiça durante pouco mais de um ano. Em que pese a intransigência da oposição, apareceu perante a opinião pública como uma pessoa enérgica, capaz de assumir suas responsabilidades num momento de tamanha gravidade para a vida nacional. Ao mesmo tempo, demonstrou claramente seu empenho na busca de soluções negociadas, a que se reduz, no fim de contas, a arte da política. Desde então tornar-se-ia uma das lideranças reconhecidas do PSD.

Subindo ao poder novo governo, voltou à Câmara. Como não se desincompatibilizou a tempo, afastando-se do Ministério um ano antes das eleições, não pode concorrer ao pleito de 1955, de que resulta a eleição de Juscelino Kubitschek e nova emergência da crise. Esta seria debelada em favor da posse do Presidente eleito. Kubitschek saberia valer-se do instrumento legado por Vargas --o projeto de efetivação da Revolução Industrial-- e pode isolar os elementos conspiradores, restabelecendo a ordem no país.

Durante a Presidência Juscelino Kubitschek (1956/1960), Tancredo Neves volta a atuar a nível estadual. Exerce, entre outras, as funções de Secretário de Finanças (governo Bias Fortes, do PSD). Nas eleições estaduais, realizadas em conjunto com as presidenciais (de que resultou a eleição de Jânio Quadros (UDN), tendo como vice a João Goulart-PTB), a 3 de outubro de 1960, Tancredo Neves é candidato a governador, sendo derrotado.

Voltaria ao cenário nacional com a crise desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros e a disputa em torno da posse de João Goulart, aceita pelos militares na condição de ser introduzido o parlamentarismo.

Goulart assumiu a sete de setembro de 1961. No dia seguinte encaminhou mensagem ao Congresso nomeando a Tancredo Neves como primeiro ministro. A indicação mereceria aprovação esmagadora (259 votos a favor e apenas 22 contra). Sua mensagem era no sentido de apaziguar o país e restaurar o normal funcionamento das instituições. Esse governo durou até junho de 1962, diante da evidência de que Goulart abdicara da busca de consenso.

Como Primeiro Ministro, Tancredo Neves procurou interessar o país numa pauta positiva. Tratou de eliminar o caráter explosivo de certos temas, a exemplo da reforma agrária ou da presença do capital estrangeiro no Brasil. Definiu o primeiro tema como “passo inicial e precípua para a integração do homem do campo em nossa vida econômica”, visando atribuir-lhe um novo foco e superar o seu entendimento como subversão da ordem legal a pretexto de combate ao latifúndio. Quanto ao capital estrangeiro, comprometeu-se com legislação de controle da remessa de lucros, “desde que não desencorajasse os investimentos

estrangeiros, considerados indispensáveis ao desenvolvimento econômico nacional”.

Tendo presente a gravidade da situação, procurou agir com rapidez. No mês de janeiro, já dispunha de dois projetos de reforma agrária, oriundos respectivamente de líder dos mais expressivos da UDN, Milton Campos, então senador, e do Ministério da Agricultura. De posse desse instrumento, criou o Conselho Nacional de Reforma Agrária, no qual estavam representados os mais ardorosos defensores da reforma. Teria como incumbência inicial identificar as áreas prioritárias para efetivação da providência. Tenha-se presente que o Estado detinha a posse de extensas áreas classificadas genericamente como “terras devolutas”. Para absorver o movimento instaurado no campo pelas autodenominadas “Ligas Camponesas”, lançou o Plano de Sindicalização Rural.

Aos poucos o governo avançava na apresentação ao país de uma agenda positiva. A experiência precedente, do Governo Kubitschek, servira para demonstrar a eficácia dessa linha. Dependia entretanto da anuência da autoridade principal, de que era apenas delegado, que não se verificou.

Nas comemorações do 1º de maio daquele ano, Goulart dá início à postura que iria acabar por isolá-lo e permitir que fosse deposto. Começa a pregação das “reformas de base” que associa não à negociação conduzida pelo Primeiro Ministro mas à restauração dos poderes da Presidência da República. Sentindo que não mais contava com o apoio presidencial para a tarefa de reconciliação nacional em que estava empenhado, a 6 de junho Tancredo Neves e todo o ministério apresentam o seu pedido de demissão.

O desfecho dessa imposição de sua própria linha é conhecido. Goulart teve restabelecido os poderes da Presidência e buscou usá-los para subverter a ordem. Por exemplo, no caso da reforma agrária, desapropriação sem a correspondente indenização; desapropriação indiscriminado de propriedades às margens e/ou nas proximidades de eixos rodoviários, etc.. A solução conciliatória, adotada mais, consistiu em indenizar com títulos da dívida pública, limitada a desapropriação às propriedades não mobilizadas para fins produtivos, etc.

O resultado dessa linha não poderia ser outro. Como tem sido referido, seria deposto a 31 de março de 1964.

Durante os governos militares e após a dissolução dos partidos políticos, em 1965, Tancredo Neves filiou-se e atuou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agremiação oposicionista consentida no sistema bipartidário então vigente. Nos pleitos de 1966, 1970 e 1974 concorreu como deputado federal, sendo o parlamentar mais votado em Minas Gerais. Nas eleições de 1978, concorreu elegeu-se para o Senado, derrotando a candidatura situacionista.

Ao longo daqueles anos, sobressaiu na defesa da unidade oposicionista, então em franca disputa, no interior do MDB e fora dele. Entre os que recusavam a “oposição consentida”,

grupos extremistas chegaram a organizar a luta armada, o que somente servia para nutrir a chamada “linha dura”. O governo Geisel a enfrentaria firmemente. Contudo, está fora de dúvida, que lhe impôs “abertura lenta e gradual”.

A par da luta pela unidade e nitidez da oposição, Tancredo Neves condenava toda espécie de oposicionismo radical, atento às questões de interesse nacional, em torno das quais seriam factíveis posições consensuais.

Com o fim do bipartidarismo, em 1980, fundou o Partido Popular, congregando elementos que apoiaram os governos militares, isto é, inaugurando uma postura adequada aos novos tempos, quando havia sido obtida anistia. Contudo, cioso do papel que lhe fora delegado, isto é, de comandar a transição para governo civil, assegurando-se de que o personagem saísse das fileiras oficiais, o general João Figueiredo, último Presidente militar, introduziu uma alteração que inviabilizou a sobrevivência do PP. Tratava-se da “verticalização”, isto é, a coligação que se formasse a fim de concorrer aos governos estaduais (as eleições presidenciais continuavam indiretas, convocadas para 15 de março de 1985) seria obrigatória em todos os níveis (eleições parlamentares nacionais e estaduais bem como as municipais).

Graças a isto, o PP viu-se na contingência de autodissolver-se. Tancredo Neves regressou ao MDB (agora denominado PMDB). Sobreviveram entretanto o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a dissidência deste comandada por Leonel Brizola (Partido Democrático Trabalhista-PDT) e o novo Partido dos Trabalhadores –PT.

A eleições parlamentares e para governadores estaduais tiveram lugar em novembro de 1982. Tancredo Neves elegeu-se governador de Minas Gerais. A oposição conquistou outros governos importantes, como São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, o partido situacionista (PDS) continuava detendo maioria no Congresso, o que asseguraria o cumprimento da exigência básica: entrega do poder a civil sido das hostes oficiais.

Contudo, o processo de escolha desse candidato não se processou segundo o figurino. Adotando procedimentos abertamente corruptores, despontava como candidato imbatível o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, desfecho que se tornaria inaceitável para personalidades consagradas no seio da classe política brasileira. Tendo o PMDB avançado com o nome de Tancredo Neves, no seio do partido oficial criou-se uma dissidência disposta a apoiá-lo. Seria denominada de Frente Liberal, que, por sua vez, daria lugar ao surgimento de nova agremiação, o Partido da Frente Liberal- PFL.

Em cumprimento às disposições legais, o Colégio Eleitoral, constituído de todos os membros do Congresso Nacional e de representação das Assembléias Estaduais, reuniu-se a 15 de março de 1985. Tancredo Neves, cujo nome tinha inclusive

merecido o apoio do ex-Presidente Ernesto Geisel, elegeu-se com ampla maioria.

Acontece entretanto que o conhecido líder liberal adoeceu gravemente, vindo a falecer a 21 de abril, um mês e pouco depois da escolha do Colégio Eleitoral. Dada a circunstância, assumiu o governo José Sarney, que fora indicado vice pela Frente Liberal.

Ao falecer, Tancredo Neves tinha 75 anos e idade.

#### ADENDO- A abertura política de 1985

A abertura política brasileira tornou-se um fato significativo na literatura especializada, na medida em que se constituiu numa engenharia extremamente complexa. Conseguiu alcançar aquilo que o governo militar parecia disposto a evitar, a qualquer custo: a entrega do poder a uma personalidade destacada da oposição. Ao mesmo tempo, retirou-lhe qualquer pretexto de que pudesse valer-se desse desfecho a fim de interromper o processo. Samuel Huntington teria oportunidade de destacar em que consistia o seu mérito: ter evitado o que denominou de questão pretoriana, isto é, revanchismo contra as Forças Armadas. Graças à mencionada engenharia, estas encontraram naturalmente o seu lugar no sistema institucional, apesar de que o PT tivesse envidado todos os esforços para impedir tal desfecho.

O evento viria a ser reconstituído pelo prof. Arsênio Eduardo Corrêa, no livro **A Frente Liberal e a democracia no Brasil** (2001; 2ª ed., Editora Nobel, 2006). Tomou por modelo uma obra clássica da historiografia nacional, o livro de Tobias Monteiro -- **Pesquisas e depoimentos para a história**-- no qual, dez anos depois da proclamação da República, registrou o depoimento das principais participantes do acontecimento, sobreviventes à época.

O prof. Arsênio Corrêa recorreu à imprensa para a devida reconstituição dos fatos. Em seguida, ouviu os três líderes políticos responsáveis pela cisão no partido do governo, Marco Maciel, José Sarney e Jorge Bornhausen, justamente o que viabilizou a vitória do candidato opositor. As personalidades em causa, na ocasião, exerciam, respectivamente, as seguintes funções: Vice-Presidente da República e senadores. Em síntese, os principais desdobramentos da questão acham-se adiante resumidos.

Usando métodos com os quais as lideranças não concordavam, o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, tinha virtualmente assegurado a sua vitória na Convenção do PDS, o que automaticamente asseguraria a tranquila confirmação dessa escolha, no Colégio Eleitoral ao qual seria atribuída a missão de eleger, indiretamente, o futuro Presidente da República. Devido a essa circunstância, a liderança do partido governamental, o Partido Democrático Social (PDS), obteve do Presidente da República, general João Figueiredo, o compromisso de que asseguraria método democrático de escolha do candidato oficial,

que seria na forma de uma eleição primária entre os filiados à agremiação. A certa altura dos acontecimentos, Figueiredo descumpriu a promessa. Marco Maciel, José Sarney e Jorge Bornhausen sentiram-se, então, desobrigados, de participar daquela escolha, na forma viciada como estava sendo conduzida. No entendimento oficial, o princípio da fidelidade partidária valeria no Colégio Eleitoral. Assim, os membros do PDS seriam obrigados a votar no candidato escolhido na Convenção. O descumprimento dessa norma equivaleria à perda do mandato e até dos direitos políticos.

Valendo-se da grande autoridade de que dispunha como um dos mais eminentes juristas do país, o prof. Miguel Reale (1910/2006) deu um parecer no sentido de que o princípio da fidelidade não era válido no Colégio Eleitoral, na medida em que dele participavam representantes do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembléias Estaduais. Por esse motivo, escreve, “o imperativo da fidelidade partidária não se estende ao Colégio Eleitoral, no qual a votação deverá ser nominal, ou seja, com votos ostensivamente tomados um a um, consoante ocorreu nas duas eleições indiretas anteriores”. O TSE reconheceu a pertinência da argumentação e decidiu que, de fato, o princípio da fidelidade não se aplicava.

Os descontentes com os rumos seguidos pelo partido oficial, dele se afastaram criando entidade denominada de Frente Liberal que firmou um acordo com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em torno da candidatura do governador eleito de Minas Gerais, Tancredo Neves, cabendo-lhe a indicação do candidato a Vice. Coube essa indicação a José Sarney. A lei em vigor obrigava que a chapa fosse constituída por membros da mesma agremiação. Devido a tal exigência, José Sarney filiou-se ao MDB.

Tancredo Neves concorreu no Colégio Eleitoral, reunido a 15 de março de 1985, como candidato da Aliança Democrática, formada pelo MDB e pela Frente Liberal, onde registrou estrondosa vitória. Obteve 480 votos contra 180 dados a Paulo Maluf, 17 abstenções e 9 ausências.

Assinale-se que essa vitória espetacular deveu-se em certa medida ao amplo movimento, ocorrido no país no ano anterior, em prol de eleições diretas para a Presidência da República. Ganhou a denominação de diretas já, tendo logrado realizar gigantescas manifestações em diversas capitais. Submetida a votos na Câmara dos Deputados, o projeto de emenda constitucional, que restabelecia essa regra, viria a ser rejeitado. Contudo, tornou-se claro em que sentido se manifestava a opinião nacional.